

Uso de evidências para o enfrentamento à violência contra a mulher precisa avançar nos países pobres

Sistemas de apoio que incluem aconselhamento psicossocial e intervenção com agentes formados para atendimento e suporte a mulheres individualmente têm maior efetividade

So a Reinach

17 de setembro de 2019

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Casos de estupro no Brasil atingem mulheres negras, dos 20 aos 39 anos; desafio é inspirar as iniciativas a serem estruturadas e fortalecidas para enfrentar a violência contra a mulher

Essa semana foi divulgado o Anuário Brasileiro de Segurança Pública que apontou uma queda no número de mortes violentas do país. Apesar da redução na totalidade de casos, o número de feminicídios (morte violenta de mulheres) cresceu em relação ao ano anterior. No total, foram 1.206 vítimas, um aumento de 4% dos casos. A maioria das vítimas possui entre 20 e 39 anos, é negra e possui no máximo ensino fundamental. Em 88,8% dos casos, o autor do crime foi um companheiro ou ex-companheiro da vítima.

Em estudo recém-publicado pelo Ministério da Saúde, foi apresentada uma análise feita a partir do pareamento de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) para identificar as mulheres que tiveram notificação de violência e, posteriormente, foram a óbito. A análise foi feita entre 2011 e 2016 e encontrou 6.393 mulheres que possuíam notificação e faleceram por causas externas. A taxa de mortalidade de mulheres com notificação prévia é de 1.170 por 100mil habitante. Ou seja, uma em cada 100 mulheres adultas com notificação foram a óbito por causas externas. O risco de uma mulher adulta com notificação morrer por violência autoprovocada ou interpessoal é 151,5 vezes maior do que uma mulher adulta sem prévia notificação. Entre adolescentes e jovens, mais de 20% dos casos de agressão foi causado por arma de fogo. Entre jovens e adultas, mais de 35% dos casos envolveram consumo de bebida alcoólica pelo agressor. Entre crianças 72,9% dos casos de notificação de violência tiveram familiares como agressor e entre jovens, 36,5% era parceiros íntimos da vítima. Em todas as faixas etárias, a residência foi o principal local de ocorrência da violência e a maior concentração de casos está em municípios de até 500 mil habitantes (33%).

O que esses dados demonstram é: 1) esse é um tipo de violência que, majoritariamente, acontece no âmbito da vida doméstica; 2) o risco de morte entre mulheres de todas as faixas etárias é muito maior para aquelas que já tiveram notificação de violência no Sinan. Essas duas afirmações nos levam a questionar o que pode ser feito para evitar esse tipo de crimes e reduzir taxas tão alarmantes. Arango, Morton, Gennari, Kiplesund e Ellsberg (2014) realizaram uma revisão de literaturas que apresenta revisões de estudos de impacto de ações para prevenir ou reduzir a violência entre mulheres e meninas. Como eles mesmo nominaram: “uma revisão sistemática de revisões”. Com isso, tentaram apontar quais são as evidências existentes sobre quais ações são efetivas no enfrentamento a esse tipo de violência.

O trabalho levantou 3.710 estudos que passaram por um processo de análise de elegibilidade e qualidade antes de fazerem parte da literatura revisada. Com critérios rígidos que levaram em conta a metodologia utilizada nos estudos de impacto, 58 revisões possuíam qualidade adequada para compor a revisão sistemática proposta. A análise se focou em verificar se houve ou não redução da vitimização e/ou da proliferação de violência.

Ao apresentarem os resultados da análise, os autores demonstraram que para a maior parte dos tipos de violência, as evidências de efetividade das ações são frágeis. Das 84 intervenções estudadas a partir de métodos experimentais ou quase-experimentais, 21 reduziram significativamente a vitimização e perpetração da violência. O maior número de avaliações de impacto com resultados positivos significativos ou com efeitos mistos são aqueles que mediram a mudança na violência causada por parceiro íntimo.

Sendo essa a forma de violência que mais acomete as mulheres brasileiras, as conclusões são oportunas. As intervenções de prevenção primária são, até agora, as que apresentaram melhores resultados. Programas de advocacy e de visitas domiciliares regulares demonstraram impacto significativo em países de alta renda. Em países de baixa e média renda existem evidências animadoras da efetividade de programas de treinamento em grupo para homens e mulheres, grupos de treinamento específico para homens e um programa de “subsistência” que combina múltiplas estratégias para mulheres em áreas rurais (implementado em um país da África).

As ações de prevenção secundária se dividiram naquelas que tinham foco na mulher agredida e aquelas preocupadas em atuar junto ao agressor. A atuação composta por aconselhamento psicossocial e intervenção com agentes formados para atendimento e suporte a mulheres individualmente têm maior efetividade. As iniciativas com agressores têm resultados positivos significativos apenas em uma experiência em Nova Iorque. Apesar de a prevenção secundária com agressores não demonstrar efeitos diretos na redução de crimes, os autores enfatizam a sua importância. Ao comparar os resultados alcançados pelos programas de tratamento do uso abusivo de drogas, é possível verificar que há potencial de impacto no longo prazo.

Infelizmente, esse trabalho conclui que, apesar de existir progresso no conhecimento sobre o impacto das intervenções, ainda é necessário avançar. Dos trabalhos analisados, 70% foram feitos em países de alta renda que representam apenas 6% da população mundial. Isso demonstra o quanto é importante países como o Brasil agirem, mas também avaliarem suas ações. Porém, se é necessário começar agindo, já existem insumos para inspirar as iniciativas a serem estruturadas e fortalecidas com vistas a enfrentar a violência contra a mulher.



So a Reinach

É doutora em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP e consultora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Acesso aos estudos:

BRASIL. Saúde Brasil, 2018. Uma análise de situação de saúde e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2018_analise_situacao_saude_doencas_agravos_cronicos_desafios_perspectivas.pdf

ARANGO, MORTON, GENNARI, KIPLSUND E ELLSBERG. Interventions to Prevent or Reduce Violence Against Women and Girls: a Systematic Review of Reviews. Women's Violence and Agency Research Series, n.10, 2014. <http://documents.worldbank.org/curated/pt/700731468149970518/Interventions-to-prevent-or-reduce-violence-against-women-and-girls-a-systematic-review-of-reviews>

<https://backup.forumseguranca.org.br/seguranca-no-mundo1/template-1-seguranca-no-mundo-jxciv-rg5m5>

